



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

MECIONE-SE  
PUBLIQUE-SE  
EXPEÇA-SE  
04/12/2004

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>8852</u>
Classificação <u>050303 / /</u>
Data <u>04/12/21</u>

**Requerimento**

21/12/2004

N.º 486/IX (3a) - AC

*[Handwritten signature]*

**Assunto: Privatização da Doca das Fontainhas em Setúbal**

**Apresentado por: Deputados Bruno Dias e Odete Santos (PCP)**

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia da República:

*a' d'aplu*  
04.12.21  
*[Handwritten signature]*

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP que é pretensão da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS) privatizar os lados nascente e poente da Doca das Fontainhas em Setúbal.

Segundo os dados que dispomos foi inclusivamente realizado um estudo de reorganização do lado Nascente da Doca que prevê, à semelhança do que já existe no lado poente, a construção e instalação de passadiços onde os barcos atracariam o que, na opinião dos actuais utilizadores, seria um tremendo erro já que, em dia de tempestade no mar, estes passadiços, bem como todos os barcos a eles atracados, seriam irremediavelmente danificados sem qualquer hipótese de intervenção por parte dos seus proprietários.

Este facto foi, inclusivamente, reconhecido por parte da Administração da APSS, numa reunião realizada em Março do corrente ano, onde a Comissão de Proprietários dos Barcos de Recreio de Setúbal (CPBRS) chamou precisamente a atenção. Assim, e como nesta Doca não é possível a construção de um quebra-mar (à semelhança do que sucedeu na Doca dos Pescadores) devido a estar situada no canal de navegação dos navios, houve concordância que os barcos na parte Nascente da Doca deveriam ficar soltos, tal como agora acontece, sem passadiços mas devidamente organizados.

Outro "acordo" resultante dessa reunião foi o do pagamento por parte dos ocupantes do lado nascente de uma taxa igual a 50% da que é praticada no lado poente. Nesta sequência a CPBRS ofereceu os seus préstimos para a realização de um estudo de ordenamento do lado nascente, o qual foi entregue à APSS

*[Handwritten notes and signatures]*



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

poucos dias depois. Este estudo, para além de ter a vantagem de ter sido feito no terreno por pessoas que conhecem o local melhor que ninguém, previa, inclusivamente, um maior número de barcos atracados em comparação com o da APSS, o que permitia a compensação da eventual quebra de receitas que adviesse da não privatização.

Porém para grande surpresa da CPBRS a Administração da APSS, que tanto tinha ficado impressionada com o estudo de ordenamento, informou, numa reunião realizada a 17/09/2004, que iria ser lançado um concurso público para o lado nascente da Doca das Fontainhas.

A concretizar-se esta situação surgirão graves problemas sociais já que muitas destas embarcações desempenham um papel importantíssimo como meio de subsistência de inúmeros desempregados e pensionistas com míseras reformas, que têm na pesca uma forma de poupança permitindo-lhes alimentar a si e às suas famílias.

O Grupo Parlamentar do PCP não podia ficar indiferente a esta situação e acredita que também o Governo não o pode ficar.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição e da alínea l) do nº 1 do artigo 5º do Regimento da Assembleia da República, vimos requerer ao Governo, através do senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, as seguintes informações:

1. Confirma-se a decisão de abertura de concurso público para a privatização da Doca das Fontainhas?
2. Em caso positivo quando foi, ou será, concretizada essa decisão?
3. Que medidas pretende o Governo tomar para resolver a situação dos proprietários que neste momento têm as suas embarcações no lado nascente e que, existindo a privatização, serão forçosamente "despejados" sem que, presentemente, não tenham qualquer alternativa para a deslocalização dos seus barcos?

Os Deputados,